

---

REINHARDT, Bruno. *Espelho ante espelho: a troca e a guerra entre o neopentecostalismo e os cultos afro-brasileiros em Salvador*. São Paulo: Attar, 2007. 240 p.

*Marcio Martins dos Santos*

*Ministério Público Federal / Procuradoria da República no Tocantins – Brasil*

A expansão das denominações religiosas conhecidas como neopentecostais é um fenômeno que, certamente, vêm causando notáveis impactos no campo religioso brasileiro, ao longo das últimas décadas. Exemplo paradigmático deste crescimento, a Igreja Universal do Reino de Deus (IURD) ganhou, neste período, notável visibilidade midiática, sobretudo em decorrência de uma série de polêmicas na qual se viu envolvida, como o episódio no qual um de seus pastores bateu numa imagem de Nossa Senhora Aparecida, santa católica tida como padroeira do Brasil, e as frequentes acusações contra seus dirigentes, que utilizariam recursos doados pelos fiéis para finalidades que não corresponderiam àquilo que seria esperado de “homens de Deus”. Neste contexto, a aquisição da Rede Record de Televisão, atualmente com retransmissoras em quase todo o território nacional, sinalizou a abertura de canais que serviriam não somente para efetuar proselitismo, como também para defender a Igreja e seus dirigentes.

Por outro lado, chamam a atenção de quem assiste aos programas apresentados pelos pastores da IURD, mesmo que eventualmente, as constantes referências às religiões afro-brasileiras e às entidades que compõem seu panteão, bem como a presença de ex-sacerdotes, ali chamados de “ex-pais e mães de encosto”, nos debates. Evidencia-se, assim, outro tipo de confrontação, que não se manifestaria apenas nestes espaços, mas também em outros meios de comunicação e, até mesmo, nos cultos.

Neste contexto, o livro de Bruno Reinhardt, resultado da pesquisa desenvolvida durante seu mestrado na Universidade de Brasília (UnB), se propõe a preencher lacunas existentes no estudo do fenômeno que os pesquisadores convencionaram chamar de “guerra santa” ou “guerra espiritual”. Tomando como *locus* de sua etnografia a cidade de Salvador, o autor analisa cuidadosamente uma série de eventos ocorridos na capital baiana, tentando demonstrar

de que forma cada um dos “grupos em conflito” interpreta os diferentes eventos que compõem o enredo de enfrentamentos entre neopentecostais e cultos afro-brasileiros. Assim, pretende, simultaneamente, captar os movimentos identitários que essa “relação tensa” provoca em cada um dos grupos e reconstruir os efeitos do conflito a partir de uma perspectiva interna, assumindo o caráter interpretativo dos acontecimentos que perfazem a “guerra santa”. Segundo a leitura da Reinhardt, a bibliografia existente até o momento privilegiaria interpretações muito mais “sociológicas” do que “antropológicas”, de tal forma que faltaria um maior cuidado na compreensão “do modo como os próprios agentes em questão se pensam e pensam o outro no decorrer de seu vinculamento histórico” (p. 197).

Partindo destas considerações, Reinhardt toma como um dos motes de seu trabalho o entendimento de que os eventos acarretados pela presença da IURD em Salvador certamente são marcantes, mas, mais do que “destruidores”, poderiam ser classificados como “desestruturadores”, “no sentido de suscitem, tanto no campo evangélico quanto no das religiões afro-brasileiras, releituras, revisões e reformas” (p. 15). Para levar a cabo sua proposta de análise, o autor faz uso de uma estrutura de texto que, basicamente, divide a obra em duas partes: na primeira, reconstrói os olhares e ações dos neopentecostais sobre os grupos afro-brasileiros; na segunda reconstitui a forma como os cultos afro-brasileiros – mais especificamente o candomblé – reagem e se posicionam diante da ofensiva deste segmento evangélico. Caracteriza-se, assim, na própria forma como os dados etnográficos são apresentados, a idéia de um jogo de espelhos, um movimento no qual os atores envolvidos estariam simultaneamente combatendo e, mesmo que negativamente, identificando-se uns aos outros.

No que se refere à “ofensiva neopentecostal”, Bruno Reinhardt distinguiu duas “frentes” de batalha: uma ritual, que chamou “frente de libertação”, evidenciada nos cultos e tendo como caso paradigmático a realização de “Sessões do Descarrego” nos templos da IURD, e outra territorial, a qual denominou “frente de ocupação”, abarcando ataques pela mídia, invasões de terreiros e, até mesmo, disputas por bem simbólicos representativos da identidade soteropolitana. Evidencia-se, aqui, o fato de que “o fiel neopentecostal acaba por visualizar, espelhado em um candomblé que ele mesmo constrói, o seu ‘mal libertador’, fazendo da violência um ato sagrado e religioso de libertação e de ocupação da fonte geradora dos malefícios” (p. 32). Evidencia-se, portanto,

cabe ressaltar, que a relação entre a IURD e as religiões afro-brasileiras tem um caráter simbiótico, pois mesmo que as entidades que compõem o panteão das segundas sejam vislumbradas como malélicas, a primeira jamais deixa de confirmar sua existência e seu poder, explicitado através do sucesso de uma série de “trabalhos” – os quais, segundo sua concepção, sempre visariam o “mal”.

Por outro lado, os fatos abarcados pela “frente de ocupação” corroborariam a idéia de que esses grupos evangélicos, relativamente recentes na história do campo religioso brasileiro, não estariam reivindicando uma “maior laicização de uma esfera pública ainda fortemente católica”, ou uma “maior ‘abertura’ no mercado religioso”, mas sim uma “transformação, religiosamente justificada, do substrato universalista dessa esfera pública em uma porta de entrada e expansão de sua organização faccionalista” (p. 88). Os grupos afro-brasileiros, por sua vez, também apresentariam dois modos de reagir a esta “ofensiva”: um centrado mais propriamente em questões “mágicas” ou religiosas, outro mais “político”, adentrando no universo dos direitos humanos e da organização civil.

Assim, alguns segmentos entendem que as atitudes dos evangélicos se deveriam, em grande medida, à migração de pessoas, categorias e segredos do “povo de santo” para o “inimigo”, o que seria claramente visível na apropriação explícita, principalmente por parte da IURD, de técnicas rituais como o descarrego, os banhos de ervas e as “rosas unguidas”, sem falar na própria estrutura de certos cultos. Desta forma, Reinhardt afirma que, para as teorias nativas de uma parcela do candomblé, o “pentecostalismo à brasileira” não seria mais do que “uma criação baseada no assalto aos seus conhecimentos mágico-religiosos” (p. 119). Todavia, isto carregaria uma série de perigos, uma vez que os evangélicos estariam lidando com poderes que, mesmo lhes sendo familiares, não estão completamente “domesticados”.

A leitura “política” dos ataques evangélicos, por sua vez, se caracteriza por definir um padrão de ação do candomblé de Salvador no espaço público que destoava da lógica de “não-envolvimento” apregoada por grande parte das lideranças tradicionais. Não tendo sido necessariamente iniciado após a intensificação da “guerra santa”, tal movimento certamente foi intensificado conforme as discussões sobre este fenômeno ganhavam espaço em Salvador. Neste contexto, é notável o estabelecimento de alianças das “novas lideranças” com movimentos sociais, especialmente aqueles ligados com a problemática dos

direitos das populações negras. A categoria-chave aqui é “intolerância religiosa”, freqüentemente lida como relacionada com uma discriminação de caráter étnico. Sob essa ótica, os ataques são vistos como atos de violência, física e/ou simbólica, e “as curas e os ‘fetiches’ evangélicos passam a ser lidos como farsa ou charlatanismo e não como uma manipulação diversa de princípios compartilhados” (p. 147).

Por outro lado, buscam-se, também, vínculos com órgãos e programas estatais, a fim de legitimar e visibilizar a importância dos terreiros em termos de “ações sociais”. Merece destaque, aqui, o fato de muitos desses locais passarem a funcionar como “organizações civis”, ganhando *status* jurídico, necessário para a obtenção de recursos públicos.

Importa destacar, neste ponto, o fato de algumas lideranças afro-brasileiras enxergarem os evangélicos como “o inimigo que faltava”, pois a necessidade de reagir aos ataques lhes obrigou a unir-se e organizar-se de uma forma que não ocorria anteriormente.

Rumando para uma conclusão, Reinhardt afirma que o “entrelaçamento discursivo” entre os grupos está articulado em duas categorias gramaticais nativas constantemente presentes em sua etnografia: “demoníaco” e “intolerante”. O primeiro termo é utilizado pelo neopentecostalismo para textualizar os cultos afro-brasileiros, constantemente acionado pelas diversas “frentes” que compõem a “ofensiva evangélica”. Já o segundo é empregado pela parcela do candomblé que “aceita” a guerra e faz uma leitura política do fenômeno, textualizando a presença do “inimigo” e tentando revertê-la a seu favor. Conforme o autor,

[...] ambos os termos foram tratados, portanto, como categorias de alteridade, responsáveis por tornar o inimigo intrínseco, ou seja, por articular o neopentecostalismo e setores do candomblé baiano em uma economia identitária tencionada, mas interdependente, que denominei “jogo de espelhos”. (p. 198).

Eis, aí, possivelmente, a idéia central a ser retida do trabalho de Bruno Reinhardt: trata-se de um conflito complexo e multifacetado entre dois segmentos religiosos fundamentais na constituição do campo religioso brasileiro, mas a interpretação que cada um faz das ações e situações protagonizadas pelo outro está longe de ser “simétrica” ou “diretamente proporcional”, de tal forma que a analogia proposta pelo título da obra se mostra não apenas significativa, mas também fundamental para a compreensão do fenômeno.